

## **PRONERA: UMA POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO/NO CAMPO**

Gisele da Rocha Souza  
Celia Beatriz Piatti

O Presente texto apresenta uma investigação preliminar referente ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O objetivo principal deste estudo é analisar o programa como política pública de expansão e democratização da Educação superior do e no campo.

Deixando claro, desde então, que se defende que a oportunidade de acesso ao espaço universitário, por meio de cursos de nível superior para os beneficiários da reforma agrária, seria uma maneira de promover as políticas públicas de Educação do Campo.

Assim sendo, os termos, rural e campo, merecem um importante esclarecimento quanto aos seus diferentes conceitos no que se refere à educação. Segundo Souza (2006, p. 51) o “sentido da educação rural aparece quando há referência à política educacional do início e decorrer do século XX, cuja preocupação era com ações que pudessem superar o “atraso” presente entre os trabalhadores e moradores do espaço rural”.

Campos e Pizzeta (2018) ao estudarem as preposições inseridas nas terminologias, explicam que ao referir-se “no campo” entende-se como o lugar em que se está; e, portanto, é direito ter uma escola no lugar onde vive. Enquanto o uso do termo “do campo” tem uma conotação pedagógica e política, pois significa pertencer a esta educação que parte da realidade concreta dos povos do campo, dos sujeitos, levando em consideração sua história, memória, crenças entre outros aspectos. Nesta mesma linha, Molina (2020) afirma que Educação do Campo possui dois elementos importantes: primeiro é o próprio protagonismo da classe trabalhadora e segundo, é a indissociabilidade da questão agrária, da luta pela terra, pois ela se constitui como movimento da classe trabalhadora pelo acesso ao conhecimento a fim de garantir a reprodução material da sua vida enquanto campesinato. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, entende esse termo “como uma

forma social de produção, ao campesinato corresponde a um modo de vida e à uma cultura” (WANDERLEY, 2014, p. 26).

Historicamente, a luta pela educação nos assentamentos se inicia, mais precisamente, quando as famílias se encontravam acampadas, isto é, nos acampamentos. Por meio das escolas itinerantes. O Movimento Social Sem-Terra - MST, foi um dos precursores no início da luta pela educação do campo. A educação possui importância fundamental na pauta das suas reivindicações, pois “os primeiros relatos a respeito da educação nos assentamentos foram produzidos no início dos anos 1980”, como afirma Souza (2006, p. 38).

O PRONERA surgiu a partir de discussões entre professores, movimentos sociais e universidades após o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, realizado em junho de 1997 (INCRA, 2019). Assim, foi criado um Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mais precisamente, segundo Santos (2012), um ano depois do massacre de Eldorado dos Carajás no Pará - que vitimou 19 trabalhadores rurais - colocou-se a questão da reforma agrária na agenda política. O encontro conseguiu agregar apoio para produzir uma ação mais ofensiva sobre o Estado.

No mesmo ano de 1997, as Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) reuniram-se na UnB para discutir a participação das instituições de Educação Superior no processo educacional nos assentamentos.

Em 2009, por meio da publicação da Lei 11947/09, o PRONERA é implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA- e executado pelo INCRA. E no ano de 2010, houve a publicação do Decreto 7.352/2010, conhecido como decreto da Educação do Campo após doze anos de sua origem e dessa forma, estabelecido por Lei, o programa continua vigente após cinco governos (Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011),

Dilma Roussef (2011 – 2016), Michael Temer(2016 – 2019), Jair Bolsonaro (2019 – atual).

Nesse sentido, a metodologia que está sendo utilizada é análise documental e estatística com a utilização de dados e planilhas do INCRA, Legislação, DataPronera.

Manter os cursos de Educação Superior pelo PRONERA, ainda é um desafio. Uma vez que o programa, apesar de estar alicerçado em lei, aparenta, não fazer parte o projeto do atual governo Bolsonaro, pois não há repasse de orçamento suficiente, o que dificulta a execução do programa, assim, não estão sendo priorizados os investimentos devidos para manutenção do programa, o decréscimo de aportes de recurso necessários foi significativamente impactante conforme Feliciano (2020), de iniciais 500 milhões cai drasticamente para 13 milhões de reais, inviabilizando o surgimento de novos cursos e precarizando o término de cursos vigentes.

Para Santos e Carvalho (2014) desde sua criação, o PRONERA opera em déficit financeiro entre o previsto e o disponibilizado. As autoras ainda enfatizam que os entraves vão desde ações judiciais impetradas contra o programa, interrupção na liberação dos recursos em pleno andamento dos cursos, a morosidade na tramitação dos processos nas superintendências; a não liberação dos recursos; “o impedimento à realização de novos convênios; os constantes embates com o Tribunal de Contas da União; os desentendimentos com as procuradorias jurídicas das IFES” (JESUS; MOLINA, 2011, p. 59).

Apesar das dificuldades enfrentadas, pode-se, ainda, apresentar resultados preliminares, desta pesquisa de uma atuação positiva do programa, que a nível de Federação, o PRONERA já possibilitou a formação de aproximadamente 5.347 alunos em Nível Superior em diversas áreas. Segundo dados do INCRA (2019), o programa tem proporcionado acesso à educação a mais 190 mil estudantes, beneficiados em cursos que vão de alfabetização até pós-graduação. Possui articulação com mais de 100 instituições envolvidas na oferta de cursos, em mais de 1000 municípios do país. Diante do exposto, pode-se considerar que o PRONERA se apresenta como política de expansão e de democratização da Educação Superior do Campo até o presente momento de 2020.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, D. e PIZZETA, A. **Educação do Campo**. Programa Temas em Educação. Programa produzido pela Universidade Federal do Espírito Santo, uma parceria entre o Centro de Educação (Laufes), a TV Ufes e o Curso de Comunicação, abordando temas em educação. Edição número 6. [Entrevista concedida a Edgard Rebouças. 16 de jul. de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/kUiGs4xVpDY>> Acesso em: 30 jun. 2020.

FELICIANO, C. A. Espaços rebeldes em tempos de atraso: A tentativa de despolitização da questão agrária no Brasil. In: RODRIGUES, S. (org.) **PRONERA: gestão participativa e diversidade de sujeitos da Educação do Campo**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

INCRA, Educação. **Histórico do PRONERA**. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/pronera\\_historia](http://www.incra.gov.br/pronera_historia)>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

JESUS, S. M. S. A. MOLINA, M. C. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil. IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs). **História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. MDA/INCRA, Brasília, 2011.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e os desafios da produção do conhecimento**. In III Colóquio Nacional de Educação, Políticas e Sociedade. Políticas, Educação do Campo e pesquisa na Amazônia: desafios em tempo de pandemia, 2020, Cametá/PA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x23tbJrJb0s>> Acesso em: 04 de ago. de 2020.

SANTOS M.; CARVALHO, J.E.N. **PRONERA: Um Programa de Educação do Campo**. XXII Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste – EPENN, GT 26 – Educação do Campo, Natal/RN, 2014.

SANTOS, C. A. **Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a Licenciatura em Educação do Campo na UnB**. Brasília, Líber Livro, 2012

SOUZA, M. A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

WANDERLEY, M.N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 de set. de 2020.